

RESOLUÇÃO Nº 04/2019 - 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL - CAF/FUNDURB, nos termos da Lei Complementar nº 800, de 27 de janeiro de 2009, do Decreto nº 30.765, de 1º de setembro de 2009 (e a respectiva alteração promovida por meio do Decreto nº 31.338, de 25 de fevereiro de 2010) e do Decreto nº 30.766, de 1º de setembro de 2009, em sua 39ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de junho de 2019, resolve: Processo Nº 390-00005285/2017-67. Assunto: Autorizar a utilização dos recursos do FUNDURB para Requalificação do Setor de Rádio e TV Sul, que se insere no contexto da estratégia de revitalização de Conjuntos Urbanos, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial-PDOT (LC 803/2009, atualizada pela LC 854/2012, art. 100 e Anexo II, Mapa 3 e Tabela 3D). PROGRAMA DE TRABALHO 15.451.6208.3089.0001 - Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos, Natureza da Despesa 44.90.51, Fontes: 168 e 169. Interessado: SEDUH. Valor a ser autorizado: R\$ 4.269.058,23 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, cinquenta e oito reais e vinte e três centavos). Relator: Eliane Pereira Victor Ribeiro Monteiro - Representante Área Técnica de provimento efetivo da SEDUH

Art. 1º Aprovar, relato e voto, por unanimidade dos membros presentes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GISELLE MOLL MASCARENHAS, Vice-Presidente Indicada, Secretária Executiva - SEDUH; JOSÉ AGMAR DE SOUZA, Representante Titular - SEFP; CLEBIANA APARECIDA DA SILVA, Representante Titular - SO; ADEMIR BASÍLIO FERREIRA, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN; ELIANE PEREIRA VICTOR RIBEIRO MONTEIRO, Representante Titular - Servidores da Área Técnica - SEDUH; CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN; JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN.

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas do dia vinte e sete do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no SCS, Quadra 06, Bloco A, 2º Andar, Sala de Reuniões - Edifício Sede da SEGETH, foi aberta a 37ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do FUNDURB, pelo Secretário Adjunto de Estado da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH, e vice-presidente indicado para presidir esta reunião, Luiz Otavio Alves Rodrigues, que contou com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura, 1.2. Verificação do quorum, 1.3. Informes do Presidente, 1.4. Ratificar Posse dos Conselheiros advindos do CONPLAN; 1.5. Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária realizada em 11/09/2018 de setembro de 2018. 1.6. Aprovação do calendário do exercício 2019. 2. Apresentação: 2.1. Prestação de contas da execução orçamentária e financeira. 2.2 Projeto de lei orçamentária anual - PLOA para o exercício de 2019. 3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. O Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues deu por aberta a sessão. 1.2. Verificação do quorum: verificou o quorum, saudou a todos e deu início à reunião com inversão de pauta 1.3. Informes gerais: Informou que a Lei Complementar de uso e ocupação de solo do Distrito Federal - LUOS está na iminência de ser votada na Câmara Legislativa e que no dia 26/11/2018 houve uma audiência pública na Câmara onde houve um registro de manifestação contrária as idéias defendidas no PLOA. Por conta disso, a reunião foi suspensa e a data de sua aprovação foi postergada para o dia 11/12/2018. Passou ao Item 1.4. Ratificação das posses dos conselheiros do CONPLAN: Recentemente o pleno do CONPLAN e da sociedade civil foram renovados. As ratificações das posses referem-se a esta renovação. O senhor José Roberto Gomes da Silva, a senhora Cintia Beatriz de Freitas Alves, o senhor Pedro de Almeida Grilo, o senhor Ronildo Divino de Menezes e o senhor Irving Martins Silveira foram os representantes aprovados como membros da sociedade civil do CONPLAN. O FUNDURB solicitou a elaboração de um relatório de prestação de contas do uso dos recursos. Foi informado que a SEGETH não tem plena autonomia sob o fluxo de projetos e serviços, desde a sua criação até a sua operacionalização. A SEGETH depende ainda de outras instâncias do governo para a destinação dos seus recursos. Outro motivo foi a necessidade de utilização de recursos de diversos fundos para a recuperação financeira do Distrito Federal. Seguiu ao Item 1.5. Aprovação da Ata da 36ª Reunião Ordinária realizada em 11/09/2018: A Ata 36ª Reunião Ordinária do FUNDURB foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. Item 1.6. Aprovação do calendário de reuniões - exercício de 2019: As reuniões ordinárias acontecerão quatro vezes ao ano, terças-feiras, na sala de reuniões da Secretaria. As datas serão 12/03/2019, 11/06/2019, 17/09/2019 e 03/12/2019. As datas foram postas em votação e foram aprovadas por unanimidade. Passou ao Item 2. Apresentação: 2.1 Prestação de contas da execução orçamentária e financeira e 2.2 Projeto de lei orçamentária anual - PLOA para o exercício de 2019: Foi concedida a palavra para o senhor Jailson Santana de Jesus, da unidade gestora de fundos do FUNDURB, para explicação da prestação de contas e do PLOA - 2019. Destacou que, mesmo com a dificuldade financeira do GDF, o FUNDURB tentou dinamizar os serviços para atender de forma célere e eficaz as suas demandas. O decreto de instituição do FUNDURB foi alterado possibilitando que seja submetido a plenário para aprovação de demandas independentemente de disponibilidade financeira. Isso facilitou muito a aprovação e culminou na criação do Banco de Projetos. O Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues interrompeu a explicação do senhor Jailson Santana de Jesus dando as boas vindas ao senhor Ademir Basílio Ferreira e o empossando como membro da sociedade civil do CONPLAN, fez também uma observação no tocante à origem dos recursos do FUNDURB, ressaltando que as maiores fontes de recursos advêm das outorgas onerosas do direito de construir e de alteração de uso. Passada a palavra ao senhor Jailson Santana de Jesus. Outro fator positivo para a captação de recursos muito importante foi o decreto que instituiu a ONALT rural, que é a transformação de uso rural para urbano. A previsão de arrecadação na LOA está de R\$ 14.233.032,87 (quatorze milhões, duzentos e trinta e três mil e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), até o mês de outubro foi arrecadado de ODIR/ONALT o valor de R\$ 12.340.534,90 (doze milhões, trezentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e noventa centavos). Nenhum desses valores ficaram disponíveis na conta do FUNDURB; o valor entra e é automaticamente transferido para a conta do Tesouro Nacional. Atualmente a conta encontra-se zerada. No ano de 2018, houve resoluções que aprovaram um montante de R\$ 4.344.807,07 (quatro milhões trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sete reais e sete centavos). A quantia aprovada pelas resoluções está pendente de alteração junto a SEPLAC. A idéia é de que esta quantia seja contemplada para o próximo exercício no PLOA. As principais resoluções foram listadas, dentre elas, está a que aprovou o concurso Orla. Foi aprovado um orçamento de R\$ 2.629.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais) para todo o processo de licitação, todavia, o valor foi reduzido a R\$ 1.684.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil reais); já foi pago um valor aproximado de 25%. Outra resolução de destaque foi a que aprovou a contratação de serviços de revisão editorial, contemplando o mapeamento e registro para consulta de todo o serviço realizado pela atual gestão da SEGETH. O valor inicial aprovado foi de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) e o valor final pago foi de R\$ 115.990,00 (cento e quinze mil, novecentos e noventa reais). O Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues destacou as ações realizadas no âmbito de novas legislações, a alteração da lei de polo gerador de viagens, a lei de impermeabilidade, ODIR e ONAUT, o Código de Edificações, a lei de compensação urbanística, dentre outras. Já no âmbito de aprovação de projetos pelo FUNDURB, houve a aprovação de vários deles, de áreas urbanas, de rotas acessíveis a hospitais, equipamentos públicos. Todo esse acervo de trabalho realizado foi publicado de uma maneira sistematizada para ser entregue aos órgãos de controle para prestação de contas e para a sociedade civil para consulta. O senhor Jailson Santana de Jesus retomou a explicação das resoluções aprovadas, citando a resolução nº. 06/2016 que disciplina

matéria relacionada ao Parque Tecnológico. É um sistema de fornecimento de tecnologia para o ARCGIS e o valor aprovado foi de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). A última parcela a ser paga é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); para pagamento desta parcela, foi feita a reserva orçamentária e a Secretaria de Fazenda foi notificada dessa necessidade. O Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues concluiu informando que o ARCGIS é um software, um sistema de informações geográficas que viabiliza, por exemplo, o GEOPORTAL, que é a plataforma colocada à disposição para consulta pública de todos os dados relacionados à ocupação urbana. As próximas resoluções apresentadas pelo senhor Jailson Santana de Jesus são as de nº 06 e 08 de 2017. Trata-se de serviço de topografia e o valor aprovado foi de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). O valor empenhado é zero, pois o serviço não será utilizado neste final de ano. Isto se faz necessário para esclarecimento contábil. O serviço de topografia não será necessário porque a própria SEGETH está executando o serviço por meio de seu corpo técnico. A próxima resolução é a nº. 01/2018 que trata da prestação de serviços de planejamento e execução de eventos. O valor orçado inicialmente foi de R\$ 2.594.476,74 (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), foram empenhados R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e liquidados R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e já foi realizada uma reserva de valor para este serviço. A estimativa de despesa é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues fez um adendo no sentido de que a SEGETH trabalha com vários conselhos, razão pela qual se faz necessário o suporte de uma empresa especializada em planejamento e execução de eventos. O valor total aprovado pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB foi de R\$ 9.236.501,85 (nove milhões, duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e um reais e oitenta e cinco centavos); o orçamento desse ano era de R\$ 10.342.000,00 (dez milhões trezentos e quarenta e dois mil reais). O FUNDURB utilizou o orçamento disponível para aprovação do máximo de projetos com qualidade. Dentre as atividades e atribuições estabelecidas para a UGF, encontra-se a gestão da despesa e da receita, a receita arrecadada de ODIR e ONALT. Durante o exercício de 2018, a receita de ODIR em janeiro foi de R\$ 177.777,00 (cento e setenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais), e de ONALT foi arrecadado R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais). Até o mês de outubro a receita total resultou no valor de R\$ 12.340.000,00 (doze milhões trezentos e quarenta mil reais). O extrato atualizado de 26/11/2018 da conta do Bando de Brasília - BRB está zerado, pois todo o valor que entra em conta é automaticamente transferido para a conta do Tesouro Nacional. Quando é necessário realizar um pagamento pela SEGETH, é encaminhada uma mensagem a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, só assim é liberado o recurso na conta da SEGETH. Durante o ano de 2018, as dificuldades neste sentido foram pontuais. O orçamento para o exercício seguinte sempre é baseado em uma análise das últimas quatorze arrecadações, contudo, é possível uma reavaliação pela SEPLAG. O parecer final da SEPLAG em relação ao teto do orçamento da SEGETH para o exercício de 2019 é de R\$ 9.501.862,00 (nove milhões quinhentos e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais). A UGF entende que esse valor não abrange todos os projetos já aprovados. Foi solicitado à SEFAZ um extra-teto, contudo, não foi aprovado. A SEFAZ solicitou que no início do ano seja apresentado um plano de execução dos projetos para analisar a viabilidade da concessão do extra-teto. O presidente reiterou a possibilidade de se solicitar um superávit para SEFAZ. O Conselheiro Ronildo Divino de Menezes verificou que houve uma disparidade naquilo que foi empenhado e o que efetivamente foi pago, não chegando nem a 20% o valor pago. O presidente informou que em alguns casos os contratos não foram concluídos e não tirevam seus valores pagos integralmente. O senhor Jailson Santana de Jesus usou como exemplo para esclarecer a colocação do conselheiro Ronildo Divino de Menezes o contrato de topografia, que não teve seus serviços totalmente utilizados, diminuindo assim o custo. Ou seja, o empenho é emitido com base no que foi licitado, não necessariamente ele será todo utilizado. Outro contrato que teve as mesmas características foi o contrato de eventos, em que a própria SEGETH supria os serviços em determinadas organizações de eventos. Dentro do orçamento disponibilizado, é regra a contratação estar dentro dos programas de trabalho. A SEGETH buscou mapear todos os programas de trabalho e deixá-los presentes para o próximo ano. Se não houver programa de trabalho será necessário encaminhar um projeto de lei para a Câmara, isso demandaria muito mais tempo do que se fosse feito pela UGF administrativamente, tornando-se assim contraproduzitivo. O presidente frisou a importância de se encaminhar toda a regulamentação do FUNDURB para os demais membros e informou que todas as informações relacionadas ao FUNDURB estão disponibilizadas no site <http://www.segeth.df.gov.br/fundurb-2/>. O senhor Ronildo Divino de Menezes questionou porque houve uma queda de receita de 30 a 40% em relação ao exercício anterior. O senhor Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues respondeu que, via de regra, os orçamentos diminuem ao passo que não há execução de serviços. Todavia, como já dito anteriormente, é possível aumentar o orçamento por meio de apuração de superávit. O senhor André Bello sugeriu que seja encaminhado um gráfico do histórico entre o que foi aprovado de resoluções e da disponibilidade financeira. Item 3. Assuntos Gerais: O Senhor Ademir Basílio Ferreira pediu esclarecimentos em relação à procedimentabilidade dos atos praticados pelo FUNDURB. O presidente respondeu na seguinte ordem: i. A liberdade que o Tesouro Nacional tem em usar os recursos provenientes do FUNDURB ou de qualquer outro tipo de fundo é concedida por meio de lei. ii. Os projetos que chegam ao FUNDURB vêm de vários locais, especialmente da SEGETH, podendo vir de qualquer outro órgão da administração. iii. O remanejamento de um programa para outro é possível, desde que se obedeça ao limite de 25%. O presidente perguntou se haveria mais algum questionamento. Nenhuma manifestação. O representante da sociedade civil José Roberto Gomes da Silva classificou como lamentável a manifestação ocorrida na audiência pública designada para estudo da Lei Complementar de uso e ocupação de solo do Distrito Federal - LUOS, disse ainda em nome das associações habitacionais que não apoia esse tipo de manifestação contrária a democracia. Passou ao Item 4. Encerramento: Não havendo mais discussões e debates, a reunião foi encerrada pelo Secretário Adjunto de Estado da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal - SEGETH, e vice-presidente indicado Luiz Otavio Alves Rodrigues agradecendo a presença de todos e dando boas vindas aos novos membros da sociedade civil. LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES, Secretário Adjunto SEGETH, Vice-Presidente indicado; ERNESTO CORDELLA, Representante Suplente-SEPLAG; ADEMIR BASÍLIO FERREIRA, Representante Titular-Sociedade Civil CONPLAN; BRUNO MORAIS, Representante Titular - SINESP; JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN; CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN; ANDRÉ BELLO, Representante Titular - Servidores da Área Técnica SEGETH. Ata referendada na 39ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de junho de 2019.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL - CAF/FUNDURB

Às quatorze horas do dia dezesseis do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, no SCS, Quadra 06, Bloco A, sala de reuniões do 2º andar do Edifício Sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, foi aberta a 38ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, pelo Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, Mateus Leandro de Oliveira, presidente deste conselho, que contou com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos trabalhos; 1.2. Verificação do quorum; 1.3. Posse de Conselheiros; 1.4. Informes do Presidente; 1.5. Apresentação do calendário - Exercício 2019. 2. Processos para Deliberação: 2.1 Processo Nº 390-00005938/2018-99, Interessado: SEDUH, Assunto: Revogação das Resoluções nº 01, 02, 03 e 04/2015; 2.2 Processo Nº 390-000573/2016, Interessado: SEDUH; 2.3 Processo Nº 390-00000735/2019-97, Interessado: SEDUH.3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. Deu-se a abertura dos trabalhos, com o item 1. Ordem do dia, Subitem 1.1. Abertura dos trabalhos: A Senhora Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, saudou os presentes e deu boas-vindas aos novos integrantes do FUNDURB. Subitem 1.2.

Verificação do quorum: Verificou-se a existência do quorum. Subitem 1.3. Posse de Conselheiros: A Senhora Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas, membro Suplente, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH; Senhor José Agmar de Souza, membro Titular, representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão, do Distrito Federal - SEFP; Senhora Rejane Jung Vianna, membro Suplente, representante da Área Técnica de provimento efetivo da SEDUH; Senhora Clebiana Aparecida da Silva, membro Titular, representante da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SO; Senhor Wanderson de Andrade Simplicio, membro suplente representante da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal - SO; Senhora Eliane Pereira Vitor Ribeiro Monteiro, membro titular, representante da Área Técnica da Secretaria da SEDUH; Senhor Diego Jacques da Silva, membro suplente, representante da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEFP. Em seguida, passou-se a tratar do Subitem 1.4. Informes do Presidente: O Senhor Secretário de Estado Mateus de Oliveira pontuou a importância e relevância do FUNDURB dentro da SEDUH, visto que é um Fundo que cuida apreciação dos recursos oriundos da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (Onalt) e do Direito de Construir (Odir). Ainda, ressaltou que os instrumentos da política urbana, que possibilitam a captação de recursos destinados para intervenções urbanas e que são recursos valiosos, não apenas pelo seu valor como verbas propriamente ditas, mas pela nobreza de sua destinação. Informou que se trata de verbas voltadas para intervenções e requalificações urbanas, possibilitando inclusive a contratação de consultorias e aquisição de equipamentos voltados para projetos e trabalhos importantes para o Distrito Federal. Ressaltou sobre os trabalhos feitos nos últimos meses, dentro da SEDUH, para que fosse levantado o quanto foi arrecadado a cada ano e como se deu a utilização e aplicação dos recursos adquiridos nos anos anteriores. Informou que nessa pesquisa, identificou-se que o Fundurb vinha e vem arrecadando uma quantidade considerável de recursos, mas que esses recursos sistematicamente não vêm sendo utilizados na sua totalidade. Pontuou que o maior problema não é o Fundo em si, ou este Conselho de Administração, ou a falta de projetos aprovados por este Conselho, mas sim o fato de que a aprovação neste Conselho não reserva o recurso para o cumprimento de tal projeto, pontuando que por isso foi desenvolvida uma lógica de acompanhamento de todo o trabalho de orçamento, de projetos complementares, de licitação até o início das obras em si, para que se possa efetivamente garantir a aplicação dos recursos do fundo dentro de determinado exercício. Ressaltou que sendo assim, foi encontrada uma disponibilidade e um senso de priorização muito grande nessa gestão, na pessoa do Secretário de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, Senhor Izídio Santos Júnior; No Secretário de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, Senhor André Clemente Lara de Oliveira; e Na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, Senhor Daclimar Azevedo de Castro e de suas respectivas equipes de trabalho. O Secretário Mateus de Oliveira solicitou ao Conselho que trabalhe numa lógica de aprovação dos projetos, aprovação da destinação dos recursos, e que todos estejam engajados na luta pela efetividade e aplicação real dos recursos no momento pós-aprovação. Após, o Secretário Mateus de Oliveira teve que se ausentar da reunião para cumprir outra agenda de trabalho na Secretaria de Segurança Pública, mas antes falou da importância dos antigos Conselheiros na continuidade dos trabalhos do Fundo. Mencionou também seu incômodo por muitos projetos aprovados ainda não terem sido concretizados e que, até o momento, foram anunciadas mais obras para o Plano Piloto que para outras Regiões Administrativas. Por isso, sugeriu inversão dessa lógica, visto que há muitos projetos para as demais Regiões Administrativas. Em seguida, passou a coordenação da reunião para a Senhora Secretária Executiva Giselle Moll, que disse comungar da mesma preocupação que o Secretário, com relação a importância de estender a qualificação do espaço urbano para todo Distrito Federal e não apenas para a área do Plano Piloto, apesar de entender que, por conta do aniversário dos 60 anos de Brasília decidiu-se priorizar alguns projetos na área central, especialmente no Setor Comercial Sul, com a revitalização da Praça do Povo, acessibilidade e requalificação dos becos da Quadra 5 e também do projeto de requalificação do Setor de Rádio e Televisão Sul. Informou que são projetos que já foram aprovados no FUNDURB e que os recursos já foram destinados, de acordo com a Resolução 3, de 2017 e Resolução 11, de 2017, mas que ainda não conseguiram sair do papel. Mencionou outro projeto importante, que é referente a revitalização da Via W3 Sul, cujo projeto, que já está em obras, trata da acessibilidade, renovação de calçadas, rotas acessíveis e estacionamentos das Quadras 511 e 512 Sul, incluindo toda a renovação da iluminação pública. Ressaltou que esse projeto não será realizado com recursos do FUNDURB. A Senhora Secretária Executiva Giselle Moll afirmou ter em suas mãos sete projetos, cujos recursos deverão ser oriundos do FUNDURB. E que desses sete, dois foram aprovados em 2016, quatro em 2017 e apenas um em 2018. A Secretária Executiva Giselle Moll esclareceu que, a partir do momento em que o projeto é elaborado dentro da SEDUH, aprovado no Fundo, e assinada a portaria, ele segue para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP para que sejam feitos o orçamento e projetos complementares. A partir daí a SEDUH não consegue ter mais controle do que acontece com eles. Pontuando que muitas vezes esses projetos param em uma fila de projetos e trabalhos dentro da Novacap, causando demora em sua realização e essa demora faz com que os recursos do FUNDURB sejam perdidos. Também mencionou a Resolução nº 01/2016 do FUNDURB, no valor de R\$ 3.775.000,00 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais), cujos projetos ainda não foram possíveis tirar do papel, que trata de rotas acessíveis aos hospitais regionais da Asa Norte e de todas as cidades, prejudicando as cidades e os cidadãos. Por isso, a importância de se agilizar as aprovações no FUNDURB assim como acompanhar a continuidade dos projetos até seu término. Dando continuidade à pauta, passou ao Subitem 1.5. Apresentação do calendário - exercício 2019: As reuniões do FUNDURB serão realizadas sempre às terças-feiras, pela manhã, sendo: 38ª Reunião Ordinária, em 16 de abril de 2019; 39ª Reunião Ordinária, em 18 de junho de 2019; 40ª Reunião Ordinária, em 17 de setembro de 2019 e 41ª Reunião Ordinária, em 3 de dezembro de 2019. O calendário proposto foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Em seguida, passou a ser tratado o Item 2. Processos para Deliberação, Subitem 2.1 Processo Nº 390-00005938/2018-99: Interessado: SEDUH, Assunto: Revogação das Resoluções nº 01, 02, 03 e 04/2015 em virtude de não aprovação, por parte da PGDF, de Concurso Público como uma forma de contratação completa do projeto, incluindo projeto legal e executivo, motivo pelo qual a CODHAB optou por não dar continuidade à contratação dos projetos em questão. A instrução, na forma citada, consta no processo relacionado. Relatora: Eliane Monteiro fez apresentação do relatório e informou que o presente processo é para verificar se a CODHAB ainda tem interesse em continuar com o prosseguimento das Resoluções nº 01, 02, 03 e 04 de 2015, que tratam de contratação, por meio de concurso público, do projeto legal e executivo tratados nas mencionadas Resoluções. Ressaltou que como houve parecer negativo da Procuradoria Geral acerca dos projetos, a CODHAB optou por não dar continuidade à contratação dos mesmos. Dessa forma é para dar conhecimento de tal revogação. Observou-se que no processo constava também a Resolução nº 05, que não foi especificada na planilha porque ela trata de outro processo, e que não está em análise nesta reunião. Diante do exposto e considerando a fundamentação legal e justificativa no curso da instrução processual e, visto que não há mais interesse da demandante, o voto da relatora foi por aprovar revogação das Resoluções nº 01, 02, 03 e 04 de 2015. Em seguida à apresentação, a palavra foi franqueada à plenária para manifestação: O Conselheiro representante da Associação Projeto Mulher, Inquilinos e Moradores - ASMORAR, advindo do CONPLAN, Ademar Basílio Ferreira questionou sobre a revogação das resoluções. A Conselheira Eliane Monteiro enfatizou que essas resoluções foram aprovadas pelo FUNDURB, em 2015, mas agora a CODHAB não tem mais interesse em dar prosseguimento. O Processo Nº 390-00005938/2018-99 foi posto em votação, pela revogação das Resoluções nº 01, 02, 03 e 04/2015, e foi aprovado conforme apresentado. Subitem 2.2 Processo Nº 390-000573/2016: Interessado: SEDUH, Assunto: Obras de rota acessível na L2 Norte no trecho do Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadras 610 - 609. Deliberação acerca da validade/convalidação da Resolução nº 10/2017, conforme processo relacionado. Justificativa: Recursos a serem utilizados para abarcar despesas com projeto para a execução das obras de rota acessível na L2 Norte no trecho do Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadras 610 - 609, no programa de

trabalho: 15.451.6208.3089.0001 - Requalificação e Reabilitação de Espaços Urbanos, natureza da despesa: 4.4.90.51, na Fonte: 169. Tendo em vista a necessidade de deliberação acerca da viabilidade de convalidação de Resolução anteriormente publicada. Valor estimado: Valor informado para abarcar as despesas com a execução do projeto Obras de Rota Acessível no montante de R\$ 637.555,33 (seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos). Relatora: Eliane Pereira Vitor Ribeiro Monteiro. A Conselheira informou que o processo em questão trata de projeto elaborado pela Coordenação de Projetos da SEDUH, em 2016 e que ele faz parte do Programa Rotas Acessíveis aos equipamentos públicos. O programa tem como objetivo conectar os equipamentos públicos aos pontos de paradas de ônibus mais próximos, definindo trajetos contínuos e sem obstáculos na L2 Norte. Tem como objetivo garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida às escolas e universidades da região, privilegiar a circulação de modais ativos de deslocamento no local, tanto para pedestres quanto para ciclistas e melhorar a qualidade do microclima do trecho em questão. Foi apresentado um croqui mostrando a rota a ser tratada. Trata-se de projeto já apresentado ao FUNDURB, em 2016, convalidado em 2017. No entanto, agora há a necessidade de confirmação do projeto. O parecer da relatora foi pela manutenção do projeto e para ser executado com recursos do FUNDURB. Esclareceu que não há problema ambiental no projeto e que a Assessoria de Meio Ambiente da NOVACAP se equivocou com o endereçamento e vistoriou a L2 Sul, informando que havia interferência com o Parque Asa Sul, mas trata-se de projeto na Asa Norte e que o mesmo não está próximo do Parque Olhos D'água, portanto, não tem interferência ambiental no projeto. O voto da Conselheira relatora foi pela convalidação da Resolução, submetendo o relato à apreciação e deliberação dos Conselheiros. Foi demonstrado em slide as rotas do projeto. A Secretária Executiva Giselle Moll, informou que a NOVACAP devolveu à SEDUH por conta da vistoria errada e que após a convalidação da Resolução, o projeto será devolvido à NOVACAP para que ela dê continuidade ao processo licitatório. Não havendo manifestação da Plenária, o Processo Nº 390-000573/2016, para convalidação da Resolução nº 10, foi posto em votação e aprovado por unanimidade pela Plenária. Subitem 2.3 Processo Nº 390-00000735/2019-97: Interessado: SEDUH, Assunto: Aquisição de estantes de aço reforçadas, para atender a demanda da Coordenação de Atividades Administrativas - COAD/CAP, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH/DF, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência e seus Anexos, instruídos no processo relacionado. Deliberação acerca da possibilidade de aquisição dos bens com recursos do FUNDURB.

Justificativa: A presente aquisição justifica-se pela extrema necessidade de guarda ordenada de processos/documentos, por meio de armazenamento e acondicionamento adequados, que contribuem para a conservação e organização dos mesmos, aprimorando as atividades que envolvem o arquivamento. Objetiva a racionalização e eficiência administrativa, bem como a preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural desta Secretaria, especificamente para a Coordenação de Atividades Administrativas - COAD/CAP. Valor estimado: para abarcar as despesas com a pretensa aquisição perfaz o montante de R\$ 15.166,00 (quinze mil cento e sessenta e seis reais). Relatora: Eliane Monteiro. A Secretária Executiva Giselle Moll informou que no FUNDURB as arrecadações se dão a partir da aplicação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, ou seja, a partir de cobranças de outorgas onerosas e cobranças de preços públicos e de compensações urbanísticas com o fim de ser aplicado nos projetos de desenvolvimento urbano, especificamente nos projetos de desenvolvimento, renovação e qualificação dos espaços públicos e no fortalecimento institucional dos órgãos afetos à matéria, no caso a SEDUH e alguns outros órgãos que estejam vinculados à política de qualificação dos espaços públicos. Nesse sentido, a aquisição de bens e serviços é muito restrita e tem que ser muito bem justificada. Por isso, a justificativa para a aquisição de estantes de aço reforçadas é bastante segura, até em função da digitalização de todos os processos que estão em papel, muitos deles históricos sobre Brasília, e que chegam à Central de Aprovação de Projetos, que não aceita mais nada em papel, pois todos os documentos que chegam lá são digitalizados, e os processos em papel são arquivados, sendo tramitados, a partir daí somente o processo eletrônico. Por isso, a necessidade da aquisição dessas estantes, que além de acomodar um acervo histórico para Brasília, também será uma questão de guarda patrimonial na qual a SEDUH é responsável. Em seguida, a Relatora Conselheira Eliane Monteiro, fez uso da palavra e reafirmou a justificativa dada pela Secretária Executiva, da necessidade de guarda ordenada dos processos e documentos que chegam à SEDUH e dos que já existem na casa, sendo ainda vários em meio físico. Por isso, a necessidade de meios para o armazenamento e acondicionamento adequados, bem como do aprimoramento das atividades que envolvem o arquivamento de documentos. Tal justificativa também foi dada pela própria CAP, explicando a necessidade de racionalizar a eficiência administrativa, assim como a preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural da Secretaria. O objeto em questão é a aquisição de 80 estantes de aço reforçadas, com 1,98 m de altura por 0,92 m de largura e 0,40 cm de profundidade, com 6 prateleiras cada, e capacidade de 25 kg em cada prateleira. Após apresentação, a Plenária se manifestou: O Conselheiro Ademar Basílio Ferreira apresentou seu voto pela validação da aquisição das estantes, por conhecer trabalho da CAP, segundo ele. O Conselheiro José Agmar de Souza questionou se foram observadas as questões legais quanto à aplicação dos recursos do Fundo para tal aquisição e se há algum impedimento legal para a utilização desses recursos para a compra de material permanente. A Secretária Executiva Giselle Moll esclareceu que não há nenhum impedimento legal, e que foi avaliado com muito cuidado o processo, e que esse tipo de procedimento faz parte do objeto do FUNDURB. Afirmou que esta foi sua preocupação também quando lhe apresentaram o processo. Disse que é justificável a aquisição, em função do acervo patrimonial e histórico que a CAP e toda Secretaria costuma manusear. Por isso, importante que os processos em meio físico sejam armazenados com cuidado. O Processo Nº 390-00000735/2019-97, aquisição de estantes de aço reforçadas, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Seguiu a apresentação do Item 3. Assuntos Gerais: 1) A Conselheira Eliane Monteiro observou que os projetos aptos a serem implantados, aprovados por decreto ou portaria, são 28 no Plano Piloto e 51 nas outras Regiões Administrativas, e que a SEDUH tem buscado atender os locais próximos aos equipamentos públicos, tais como escolas, hospitais e outros pontos de interesse da comunidade. A Secretária Executiva Giselle Moll informou que existem na SEDUH 100 projetos prontos para serem implantados, mas que até agora foram implantados apenas 4. São todos bastante relevantes para a qualificação do espaço público de todas as cidades do Distrito Federal e para elevar a cidadania e o sentimento de pertencimento de cada um dos moradores das cidades. A coordenadora da Coordenação de Gestão de Fundos - COGEF, Fernanda Arantes Zardini, sugeriu que os relatores sejam escolhidos por meio de votação ou sorteio, para ficar o procedimento mais imparcial, e não por meio de indicação. Informou que a Secretaria tem nove milhões de reais, o que dá para realizar três projetos, no máximo. E que são necessários dezoito milhões de reais para tentar fazer acontecer cinco projetos. A Secretária Executiva Giselle Moll enfatizou que existem nove milhões de reais, sendo que desses, oito milhões novecentos e noventa e nove mil reais, já estão reservados para o Setor de Rádio e TV Sul e Setor Comercial Sul. E que o Fundo deve contar com outros recursos a partir do meio do ano de 2019, quando a arrecadação de Onalt e Odir for entrando nos cofres públicos ou se conseguir a liberação do superávit de volta. Ressaltou que ainda não tem esse valor definido no Fundo. A Secretária Executiva Giselle Moll questionou se tem algum Conselheiro que ainda não está familiarizado com o FUNDURB. A Conselheira Clebiana Aparecida da Silva disse que o conhecimento que tem a respeito do Fundo é baseado na lei e no decreto que o regulamenta. A Secretária Executiva Giselle Moll falou da importância de que todos tomem ciência de como funciona o Fundo por ser esta a primeira reunião do atual Governo. Sobre a indicação de relatoria,

propôs que fosse analisada uma maneira de distribuição dos processos, sugerindo que fosse de forma voluntária, e que tal procedimento estivesse contido no Regimento Interno do Fundo, sendo este um ponto de pauta para a próxima reunião quando será proposto alteração do Regimento. Passou ao Item 2. Encaminhamento e encerramento: Por não haver mais assuntos a serem tratados, a Secretária Executiva Giselle Moll deu por encerrada a 38ª Reunião Ordinária do FUNDURB, agradecendo a presença de todos. MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA, Secretário de Estado, Presidente; GISELLE MOLL MASCARENHAS, Representante Suplente - SEDUH; JOSÉ AGMAR DE SOUZA, Representante Titular - SEFP; ELIANE PEREIRA VICTOR RIBEIRO MONTEIRO, Representante Titular - Servidores da Área Técnica - SEDUH; CLEBIANA APARECIDA DA SILVA, Representante Titular - SO; ADEMIR BASÍLIO FERREIRA, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN; JOSÉ ROBERTO GOMES DA SILVA, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN; CINTIA BEATRIZ DE FREITAS ALVES, Representante Titular - Sociedade Civil CONPLAN. Ata aprovada na 39ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de junho de 2019.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRESENTAÇÃO DA MINUTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR (PLC), QUE DEFINE PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA O SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS - SIG, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO PILOTO - RA I

Às dezoito horas do dia três do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, no SCS, Quadra 06, Bloco A, Lotes 13/14, 2º andar, no Edifício Sede da Seduh, Sala de Reuniões, foi aberta a Audiência Pública com vistas à apresentação da Minuta de Projeto de Lei Complementar PLC, que define parâmetros de uso e ocupação do solo para o Setor de Indústrias Gráficas, localizado na Região Administrativa Plano Piloto RA I. A Senhora Eliete Góes, da Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados - ASCOL/SEDUH saudou a todos e informou que preliminarmente procederá a leitura do regulamento dos principais procedimentos a nortear a referida Audiência Pública visando ao bom andamento dos trabalhos. Informou que os avisos de convocação foram publicados no Diário Oficial do Distrito Federal nº 82, 85 e 92, de 3, 8 e 17 de maio, respectivamente, bem como em jornal de grande circulação nos dias 3 e 17 de maio de 2019, e que o material de consulta disponibilizado no site www.seduh.df.gov.br, no link de audiências públicas. Para compor a mesa e coordenar os trabalhos convidou a Subsecretária de Gestão Urbana - SUGEST, Senhora Ana Lúcia Augusto de Oliveira; a Secretária Executiva, Senhora Giselle Moll Mascarenhas e o Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Senhor Mateus Leandro de Oliveira. Destacou que faria a leitura dos principais procedimentos, a fim de nortear a Audiência Pública. Informou que a audiência é aberta a todos os cidadãos, que será registrada por gravação em áudio, a ata da Audiência Pública disponibilizada em até 30 dias no site da Secretaria e publicada no Diário oficial do Distrito Federal conforme disciplinada na Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Acrescentou que uma vez concluída as manifestações de todos os participantes, oral e por escrito, a coordenação do evento dará por encerrada a Audiência Pública. O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira deu por aberta a Audiência Pública e saudou as autoridades presentes. Externou que se trata de uma continuação de um estudo que vem sendo desenvolvido nos últimos anos, e afirmou que o objetivo é ter a oportunidade inicial de apresentar tudo que foi desenvolvido, para que todos possam conhecer os detalhes sobre o projeto, e em uma segunda etapa abririam a palavra livremente para todas as manifestações. A Senhora Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas externou que a Audiência Pública é de grande importância para Brasília, especificamente para a área do Plano Piloto. Apontou que o Setor de Indústrias Gráficas é pressionado para o estabelecimento de outras atividades, e que em função dos estudos do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, chegou-se a conclusão de que o setor realmente precisava sofrer modificações. A Senhora Ilka Teodoro, Administradora Regional do Plano Piloto, agradeceu ao convite para participar sobre a discussão sobre essa questão do SIG, que informou ser de extrema importância para a Administração Regional, que é responsável pela análise das viabilidades econômicas do setor. A Senhora Ana Lúcia Augusto de Oliveira reforçou que o que será apresentado está presente no projeto de lei complementar, aprovado pelo IPHAN, e que foram feitas consultas às concessionárias. O Secretário Mateus Leandro de Oliveira deu início ao conteúdo, informou que seria feita uma apresentação da equipe técnica, e a priori, pontuou algumas questões importantes que norteariam a tomada de decisão de apresentar a proposta de alteração, com atualização dos usos permitidos para o Setor de Indústrias Gráficas. Afirmou que os estudos técnicos vinham sendo desenvolvidos há cerca de 10 anos, e complementou que irão divulgar os estudos, e que é através da Audiência Pública que conseguem ter um debate de mais qualidade. Passou a palavra para a equipe técnica responsável pelo trabalho para fazer a apresentação, e na sequência abriria a palavra para a mesa fazer as contribuições dos participantes. A Senhora Fernanda Figueiredo Magalhães, Coordenadora de Preservação da Subsecretaria de Gestão Urbana, deu início a apresentação, expressando que se trata de uma proposta de parâmetros de uso e ocupação, principalmente de uso, de atividades, em formato de Projeto de Lei Complementar. Passou a apresentação dos setores. Informou que as próximas etapas, após a Audiência Pública, são a apreciação pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano - CONPLAN e encaminhamento para a Câmara Legislativa. Apresentou o projeto propriamente dito, com uma contextualização geral. Convidou a Diretora de Preservação para apresentar a proposta do Projeto de Lei Complementar (PLC), e seus anexos. A Senhora Scylla Watanabe, Diretora de Preservação, deu continuidade à apresentação sobre o texto do PLC. Expôs sobre os parâmetros de uso e ocupação do solo. O Secretário Mateus Leandro de Oliveira agradeceu a equipe pela apresentação. Anunciou que estavam transmitindo a Audiência Pública ao vivo por meio da página do Facebook da SEDUH. Passou a alguns breves comentários adicionais, observando que boa parte dos itens que foram destacados levam em consideração determinadas questões, como o entendimento de que se partiu de um diagnóstico antigo, de uma série de atividades que se desenvolvem no setor. Afirmou que não são todos os usos existentes na área que são vistos como regularizáveis pelo Projeto de Lei, sendo o principal a habitação. Esclareceu que o lote da imprensa oficial, situado no SIG, está mantendo as suas atividades de imprensa oficial, ou as atividades de governo que são desenvolvidas. Apontou também que estão sendo propostos usos, que segundo a avaliação da Secretaria, leva em consideração usos que não possuem uma inconformidade ao ponto de desvirtuar a característica do setor. Expôs que os usos não estão sendo simplesmente outorgados, estão sendo possibilitados, e caso a proposta venha a ser aprovada pelo CONPLAN e pela Câmara Legislativa, será mediante o pagamento de uma ONALT (Outorga Onerosa de Alteração de Uso), acrescentou que o pagamento da ONALT gera recursos para o FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal), que tem o Conselho de Administração formado por membros do poder público e sociedade civil, e estes recursos podem ser aplicados na melhoria do sistema viário, dos espaços públicos de rotas acessíveis e de calçadas, ou seja, o benefício retorna para o próprio setor. É um compromisso dessa Secretaria, que justamente essa arrecadação do FUNDURB gerada pela ONALT desse setor retorne para o mesmo. Informou que em paralelo a todo o estudo, a área de projetos, a COPROJ, que está ligado a SUPLAN, a Subsecretaria de Planejamento e Políticas Públicas da SEDUH, vem desenvolvendo projeto de requalificação dos espaços públicos, melhoramentos viários e rotas acessíveis. Passou a palavra para a Administradora do Plano Piloto. A Senhora Ilka Teodoro informou que há na Administração Regional, aproximadamente 110 recursos administrativos que envolvem inviabilidade econômica, e que a maioria dos recursos tratam especificamente do Setor de Indústrias Gráficas. Afirmou que existe uma demanda grande dos profissionais que não conseguem obter o licenciamento para suas atividades, porque as normas de uso dos espaços do território não permitem a instalação de escritórios. Complementou que foi verificado que as mudanças a serem adotadas pelo PLC, de fato contemplariam todas as dificuldades enfrentadas atualmente pelo setor jurídico, na análise das viabilidades e de compatibilização dos usos presentes, com a destinação de uso do lote. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas concordou que o grande problema no setor é a questão do uso, esclarecer quanto aos usos e atividades que estão definidas no projeto, fazendo um histórico, e explicando que desde 2006, o Governo do Distrito Federal passou a adotar a tabela da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), de uso de atividades, que discrimina todos os usos e atividades que podem ser desenvolvidas no território do Brasil. Afirmou que atualmente está se admitindo que os lotes do setor, embora estejam nas mãos de particulares, passaram muitos anos sem poder ser ocupados em função da distorção de uso. Com relação

aos postos de gasolina, informou que os dois PLL (Posto de Lavagem e Lubrificação) que existem, projetados desde o começo, não sofreram nenhuma alteração, e permanecem exatamente como estão. O Secretário Mateus Leandro de Oliveira abriu a palavra para manifestações, feitas oralmente ou por escrito. Solicitou que a Senhora Giselle Moll Mascarenhas fizesse a coordenação das falas, porque teria que se ausentar. Informou sobre o 1º Seminário de Direito Urbanístico, que seria realizado no Museu da República, no dia seguinte, voltado para o tema de muros e guaritas, das 9h às 18h. 1. O Senhor Manoel Henrique Bezerra, Associação Comercial do Sudoeste, externou que havia o entendimento de a Audiência Pública se estender a área do Setor de Oficinas do Sudoeste e também ao Cruzeiro Center do Cruzeiro Velho, uma vez que reivindicam desde 1990, a pretensão de mais um pavimento. O Secretário Mateus Leandro de Oliveira esclareceu que há um compromisso em aprofundar e acelerar o processo de revisão do PPCUB como um todo, que abordará justamente o Cruzeiro e as demais regiões do setor. 2. O Senhor Antônio Eustáquio de Oliveira, Sindicato das Indústrias Gráficas do Distrito Federal - Sindigraf, parabenizou pela condução e pelo conhecimento do assunto. Afirmou que o Sindicato da Indústria Gráfica concorda e já pleiteava há algum tempo, o local de destino das gráficas após a aprovação do PLC. Quanto ao trânsito, sugeriu abrir acesso ao parque, até o posto de gasolina e também o Sindicato da Indústria Gráfica. Outro pleito apresentado é que o Setor Gráfico passasse a fazer parte da Administração do Sudoeste. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas redirecionou um questionamento feito por escrito para a Subsecretária Ana Lúcia Augusto de Oliveira. A Senhora Ana Lúcia Augusto de Oliveiras respondeu que no momento estão se limitando ao Setor de Indústrias Gráficas conforme previsto no PDOT. Complementou que a sugestão ficaria registrada para as outras planilhas. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas passou a leitura de mais uma reivindicação de incluir no setor, a quadra QMSW2, conjuntos A, B e C, que atualmente tem como altura máxima igual a 7, para 12 metros, que é da Associação Comercial e Industrial do Sudoeste, Cruzeiro. O que já foi respondido anteriormente. Confirmou que vão encaminhar para o PPCUB todas as reivindicações que não fazem parte especificamente do SIG, que são reivindicações legítimas. Em resposta ao Senhor Antônio Eustáquio, com relação ao sistema viário, afirmou que estão cientes de que o sistema viário precisa ser revisto, e lembrou que foi apresentado um estudo que está sendo feito para o setor com relação a estacionamentos e alguns acessos, e a questão da arborização. Afirmou que também é importante observar a questão dos espaços públicos, para que sejam tratados para pedestres. Informou que a equipe técnica de projeto está elaborando um projeto que contemple todas essas necessidades, inclusive com relação ao sistema viário, e com relação à abertura no parque será avaliado a viabilidade. 3. O Senhor Romelito da Costa Pinto, representante do Setor de Oficinas, apontou que o setor de micro e pequenas indústrias, e poluentes, que foi implantado em 1990, tem grande carência, fez um histórico de sua implantação. Afirmou que foi criado um problema com o Ministério Público, de ordem urbanística, reivindicando que o Governo tenha uma maior sensibilidade com o setor. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas informou que a reivindicação foi registrada, e que constavam duas reivindicações de mesmo teor, em nome dos senhores Manoel Henrique Bezerra e Glauco Lima, que também foram consideradas registradas, com a reivindicação de alteração de gabarito da área das oficinas, da QMSW2. 4. O Senhor Pedro Avila, Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal - ADEMI-DF, parabenizou os diretores que fizeram a apresentação no projeto. Informou que a ADEMI/DF estava presente para solidarizar-se com o PLC e flexibilização da mudança de destinação de uso e ocupação do solo, por entender que é um projeto interessante que vai modernizar o setor. Cumprimento também o Governador Ibaneis Rocha e o Secretário Mateus Leandro de Oliveira, pela ousadia de retirar o PLC do PPCUB, para dar maior agilidade e segurança jurídica a todos que habitam o local. 5. A Senhora Marina Nascimento Rebelo, síndica de um prédio localizado na SQSW 300, manifestou apoio ao PLC, externando que irá valorizar a implementação dos comércios e prestações de serviços, não apenas da região do SIG, mas como toda a região do Sudoeste. Apontou questionamentos no texto, quando se faz exceção à aplicação de ONALT aos lotes cujo uso pretendido seria de educação e saúde, perguntou por que os usos estão sendo excluídos da aplicação de ONALT. Abordou também que em paralelo a questão do sistema viário e com o novo Código de Edificações que foi implementado, surgiu o questionamento se para essas novas atividades pelo Código exige o número de vagas mínimas por metro quadrado, e como seria resolvido. Outra questão apontada foi em contraponto a solicitação de uma ligação direta com o Parque da Cidade, para que não seja feita, porque criaria um trânsito maior do que a estrutura suportada pelo Parque. A Senhora Scylla Watanabe respondeu que a proposta de aplicação da ONALT é a mesma que está proposta na ULOS. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas complementou informando que iriam avaliar a redação do PLC, e que se houver desconformidade iriam corrigir. Com relação ao projeto de urbanismo concomitante, esclareceu que entendem da necessidade, porém, os estudos demonstraram que atualmente há uma geração de viagens dentro do Setor de Indústrias Gráficas, e que a aprovação do PLC nos moldes apresentados não vai gerar de imediato qualquer ampliação na geração de viagens. Afirmou que as atividades instaladas na área passam a se adequarem à nova Lei, e terão que atender a todos os parâmetros. Quanto ao Parque da Cidade, informou que entendem a reivindicação do Senhor Antônio Eustáquio, porém, devem fazer uma análise mais ampla, não apenas do sistema viário, mas também de todos os impactos que qualquer tipo de acesso a mais possa causar, tanto no Parque da Cidade, como no próprio setor. 6. O Senhor Wanderlei Pozzembom, Sindicato dos Jornalistas-DF, informou que se instalou no SIG o Sindicato dos Jornalistas, com a vinda do Correio Brasileiro para o setor. Afirmou que é fundamental a preocupação com a questão da malha viária, complementou que a classe jornalista defende o tombamento de Brasília, e jamais defenderiam algo que irá confrontar a escala bucólica da cidade, principalmente o SIG se tratando de um setor ao lado da Esplanada. Informou que a categoria quer participar da discussão do PPCUB, e que o Sindicato tem outro interesse, em função do pedido de isonomia, quanto à questão da Orla de Brasília. Se colocou à disposição para auxiliar, para que possam dialogar e somar à essas mudanças. Fez o pedido para que a Administração de Brasília flexibilize os usos, para o funcionamento de algumas atividades que precisam ser instaladas. A Senhora Ilka Teodoro respondeu que com relação à flexibilização dos usos, tem se debruçado sobre a questão, e que alguns casos que buscaram uma flexibilização, através de recursos, foram deferidos com base na construção jurídica. Com relação à questão da representação, externou que a Administração reitera a importância da participação popular e da própria população do SIG, para que apresentem suas demandas para a Administração. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas esclareceu que não pretendem revisar o PPCUB ou as suas diretrizes da maneira como estão definidas, porque ele se encontra em análise no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). 7. O Senhor Jorge Luiz Lopes, Centro Empresarial Parque Brasília, solicitou uma explicação sobre as regras de cobrança da ONALT, uma vez que é mencionada no Art. 4 da Lei Complementar 902, e o laudo de avaliação é de exclusividade da TERRACAP. A Senhora Ana Lúcia Augusto de Oliveira respondeu que a ONALT será cobrada sendo obedecidos o procedimento previsto: uma vez identificada a incidência de ONALT, para um endereço, a TERRACAP fará a avaliação e emitirá o laudo para informar se a alteração uso gerou valorização ou não, e assim concluirá pela cobrança ou não da ONALT. 8. O Senhor Joel Câmara, Conselho de Conservação do Cerrado, questionou quanto a situação de construções de residências ou igrejas na área, e qual o projeto estratégico do Fundo de Desenvolvimento Urbano ou Mobilidade Urbana. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas respondeu que em seu parecer, o IPHAN questionou por que não incluíram o uso residencial no setor, informou que em alguns lotes e edifícios, foi feita vistoria, e pela diversidade de usos que as novas teorias urbanísticas admitem a diversidade e a mescla de usos, que é benéfica para a cidade e para o morador. Com relação às igrejas, respondeu que estão sendo permitidas em determinados setores, e sobre o planejamento estratégico do Fundo de Mobilidade Urbana, expôs que não poderia responder, uma vez que o Fundo de Mobilidade Urbana é de competência da Secretaria de Transporte e Mobilidade - SEMOB. Acrescentou que o planejamento estratégico na Secretaria de Habitação prevê projetos urbanísticos, projetos de rotas acessíveis para pedestres e a qualificação dos espaços públicos em todas as cidades. 9. O Senhor João Gilberto de Carvalho Accioly, Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal - Sinduscon-DF, expôs que não faz sentido a obrigatoriedade do afastamento obrigatório, uma vez que para o uso de garagens já permitida a ocupação de 100% do lote, solicitou que se faça uma avaliação da possibilidade de realizar o ajuste, para melhorar a possibilidade de desenvolvimento de projetos com tais características. A Senhora Giselle Moll Mascarenhas informou que iriam analisar a sugestão, verificar se está de acordo com o Projeto de Lei, e se estão previstos nas Normas de Gabarito (NGB), e se há algum conflito que possa ser alterado. 10. O